

AMÉRICA LATINA: GLOBALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL O MERCOSUL E O NOVO RECORTE TERRITORIAL

Adriana Bernardes*

RESUMO

Este trabalho tem por propósito discutir o atual processo de integração regional na América Latina, diante das transformações da economia contemporânea. Especificamente analisamos o caso do Mercosul, por ser este o bloco regional sul-americano em estágio mais avançado de integração.

A atual organização espacial dos países que conformam o Mercosul indica-nos que esta região vem se tornando extremamente funcional à globalização. Sobretudo através da crescente racionalização de parcelas do território, que modernizam-se acolhendo a nova divisão social do trabalho. Como consequência, acentuam-se as diferenças internas, ampliando o fenômeno de segregação socioespacial.

Existem alguns elementos centrais que merecem ser analisados para se apreender a conformação dos novos recortes territoriais no Mercosul. As grandes empresas, as infra-estruturas

Passados mais de trinta anos, transformaram-se, radicalmente, o mundo e conseqüentemente a América Latina. A integração regional tomou novos conteúdos e dimensões.

As regiões supra-nacionais edificam-se, agora, através de normatizações políticas que objetificam, antes de mais nada, a racionalização no uso do território, garantindo a produtividade adequada à economia global, ou seja, são regiões funcionais à realização do mercado global.

Esta é uma leitura geográfica possível do MERCOSUL pois, ao que tudo indica, este é o caráter primeiro da integração que envolve Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Mas é também uma leitura pos-

informacionais, as novas formas de solidariedade política e o papel das metrópoles como centros produtores de informações são alguns deles. Estes são, hoje, bases para a constituição de espaços da globalização na América Latina.

Há, portanto, forte tendência a uma integração exclusivamente econômica, privilegiando as ações hegemônicas deste período. A integração, longe de atender os interesses dos povos latino-americanos, ocorre sob a égide da competitividade, da tecnociência, em acordo com as demandas do mercado. O processo de formação de blocos regionais na América Latina encontra, na formação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) em 1960, um marco histórico devido a importância da iniciativa, a parte que os resultados, em geral, não tenham ultrapassado os trâmites burocráticos.

sível para os blocos que tendem a se consolidar na América Latina, como o Grupo Andino, o Grupo dos Três e a Iniciativa Amazônica, na medida em que o debate nas negociações centra-se somente no estabelecimento das zonas de livre comércio (Barbosa e Panelli César, 1994).

Quanto ao Mercosul, evidencia-se o peso da integração principalmente econômica. Tal fato deve ser seriamente discutido, na medida em que este é o bloco regional sul-americano com maior êxito e

(*) Pós-graduanda em Geografia Humana - USP (Artigo redigido em dezembro de 1995)

concretização. Paulo Nogueira Batista (1994:09) aponta que o Mercosul “revela um profundo déficit democrático”..., assim, “chama a atenção... a natureza estritamente mercantil da concepção, sem qualquer referência a aspectos sociais, de consideração imperativa num processo de integração com a profundidade prevista.” Por isso os debates privilegiam unicamente a faceta econômica das negociações na região, desconsiderando as dimensões culturais e educativas, comprometendo assim os benefícios que uma análise total poderia trazer para a América Latina.

Da mesma forma é também minimizado o debate sobre os demais blocos em formação. A integração regional latino-americana parece estar resumida ao Mercosul, alimentando a idéia de que o seu sucesso econômico corresponde à América Latina como um todo. Privilegia-se assim, o entendimento sob um único viés, seja pela ação ingênua, seja pela ação propositada. Afinal, o PIB agregado do Mercosul envolve cerca de 700 bilhões de dólares, enquanto o PIB agregado dos países envolvidos no Tratado de Cooperação Amazônica envolve 171 bilhões de dólares.

A indagação a ser feita aqui diz respeito ao modo como temos desenvolvido nossos estudos, nossas práticas científicas, com respeito à América Latina, neste momento de formação de blocos regionais. Não se trata de negar os êxitos e a magnitude da cooperação econômica em andamento no Mercosul, mas sim de aprofundar o questionamento acerca dos métodos da integração e das novas disparidades e perversidades sociais produzidas neste ínterim.

A própria cooperação intra-regional reflete profundas assimetrias. Do PIB agregado do Mercosul, 60% provém do Brasil, 37% da Argentina, 2% do Uruguai e somente 1% do Paraguai. Daí também o conseqüente privilégio das análises sobre Brasil e Argentina, em detrimento do Uruguai e do Paraguai.

Afirma-se, então, de um lado, o caráter assimétrico das relações intra-regionais e, de outro lado,

e talvez como conseqüência disso, cresce a tendência a negociações estritamente econômicas. E, como veremos o novo uso do território, marcado hoje por forte informacionalização e rearranjado ainda mais seletivamente, terá um papel fundamental na conformação do Mercosul.

Exportações/Importações Totais: Países Mercosul – 1994 (em bilhões de dólares)

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Exportações	11,5	32,3	0,6	1,3
Importações	15,7	21,1	1,3	1,9

Fonte: Relatório Anual do Banco Mundial, 1994.

Exportações/Importações – Movimento Intra-Regional – Países Mercosul – 1994 (em bilhões de dólares)

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Exportações	1,5	2,7	0,15	0,35
Importações	1,9	1,6	0,25	0,62

Fonte: Relatório Anual do Banco Mundial, 1994.

A assimetria ganha dimensões maiores porque também está presente nas relações Argentina-Brasil. Caberia perguntar qual o real impacto da integração para um verdadeiro desenvolvimento nacional.

Faz-se necessário, portanto, analisarmos quais seriam os elementos que estariam atuando na construção das denominadas regiões supra-nacionais da América Latina, onde o Mercosul emerge como o modelo maior da unificação.

1– MERCOSUL: REGIÃO FUNCIONAL À GLOBALIZAÇÃO?

A categoria região sempre esteve presente no pensamento geográfico sendo, inclusive, fundamento para essa disciplina nascida em fins do século

XIX. Mas, passado mais de um século, como poderíamos operacionalizar o conceito de região, no intuito de apreender o movimento da sociedade contemporânea?

Talvez seja necessário enfatizar, de início, que os homens transformaram radicalmente o mundo durante esse século e que os conceitos também deveriam ter acompanhado esse movimento de transformação. Mas, a região continua a ser freqüentemente tratada como se estivéssemos no século passado, junto a homens que elaboravam explicações de um mundo que apenas iniciava a aventura de internacionalização das relações sociais e de desenvolvimento tecnológico.

Daniel Hiernaux (1994:97) indaga se a noção tradicional de região "como um espaço contínuo que obedecia uma lógica" seria válida diante do advento da multiplicidade e simultaneidade temporal que une, hoje, os diversos lugares. Segundo o autor poderíamos pensar na existência de uma única lógica (porém complexa) que atuaria em escala planetária mas que, ao materializar-se no território adapta-se, fragmenta-se, fazendo com que existam diferenciados modos de organização dos lugares. Assim é que, em cada lugar, haveria múltiplas ações presentes, ainda que umas sejam mais hegemônicas, atuando em tempos acelerados e simultâneos, no intuito de afirmar o atual regime de acumulação em escala global.

Ao levarem aos lugares diversos a nova divisão do trabalho, tais ações não homogeneizam o território, posto que no lugar estão presentes diversas temporalidades, expressas em antigas divisões do trabalho. Ocorre, na verdade, um aumento da complexidade da organização espacial, um rearranjo funcional das ações e dos objetos, visando a novas formas de cooperação e solidariedade. Portanto, haveria múltiplos elementos e lógicas recortando os territórios contemporâneos, designando as novas regiões geográficas, cujos limites não são mais dados pelas paisagens naturais e pelos atores locais, mas sim por múltiplas escalas que transportam temporalidades diversas, atuando sobre um meio cada vez mais artificializado.

É nesse sentido que Milton Santos (1994a) propõe as noções de verticalidade e horizontalidade para definir o atual edifício regional. Para Milton Santos, no atual sistema espacial reorganizado estão presentes as redes, que incluem tanto objetos quanto ações, designando relações de ordem vertical e de ordem horizontal conjuntamente¹.

Como, então, a partir de tais considerações, tecer uma leitura sobre a construção dos Mercados Comuns?

No caso da América Latina há o exemplo do Mercosul, resultado de um ato político entre Estados-Nações que tem por objetivo a eliminação de barreiras comerciais e a elaboração de macro-projetos econômicos em comum, (Arroyo, M. 1993:125). Estaria ocorrendo no âmbito político o que Castillo, Andrade e Toledo (1995) chamaram de "solidariedade institucional". Esta forma de solidariedade tem por objetivo, segundo os autores, a gestão das redes em diversas escalas². A solidariedade institucional, que resultou na formação do Mercosul, torna-se um fator importante de mediação das relações da região (lugar) com a economia global, pois pode aproximar-se ou não dos interesses hegemônicos.

O Mercosul, através dos países que o compõem, parece vir se estabelecer como um impor-

(1) "De um lado tais redes globais funcionam como instrumento de uma produção, circulação e informação mundializados. Incumbem-se de transportar o universal ao local, unindo diferentes pontos ou regiões numa mesma lógica produtiva. Este seria o recorte vertical do território. Mas as redes também são locais, pois no local a rede praticamente se integra e se dissolve pelo trabalho coletivo. Aí são criadas as condições técnicas de trabalho direto, isto é, o funcionamento horizontal do espaço, onde se estabelece a co-presença num espaço contínuo. Este, por sua vez, seria o recorte horizontal do território", (Milton Santos, 1994a:02).

(2) "É assim que os mercados comuns, outro exemplo de solidariedade institucional, são uma maneira de ampliar o território sobre o qual uma série de normas tem aplicação", (Castillo, R. et alii. 1995:10).

tante mediador na concretização do processo de globalização. E, sendo parte do contexto de produção da economia global, segue privilegiando exclusivamente os grandes grupos empresariais. Forma-se, sobretudo, um mercado aberto à expansão dos setores transnacionalizados. O Cone Sul da América Latina transforma-se numa região propícia para atrair os fluxos de investimento de várias partes do mundo.

Mas a chegada dessa nova onda de modernização no Cone Sul da América é extremamente seletiva. As ações hegemônicas beneficiam-se das relações de contiguidade entre os países, justamente onde o grau de racionalização da organização espacial pretérita permite um melhor aproveitamento da produtividade espacial, como o sul e o sudeste do Brasil. Por isso mesmo, são nessas frações já tecnicizadas do território que estão ocorrendo cumulativamente os grandes investimentos em infraestrutura; onde já havia objetos técnicos, implantam-se os objetos técnico-informacionais que irão operar em forma de sofisticados sistemas unificados, alterando toda a antiga estrutura espacial.

É necessário garantir a fluidez do território para concretizar a solidariedade organizacional (Milton Santos, 1994a) em detrimento de antigos laços de solidariedade, como no caso das cidades fronteiriças estudadas por Neiva Schaffer (1993).

A globalização tende, por conseguinte, a aprofundar as diferenças internas. No processo de fragmentação conformam-se sub-espacos funcionais à economia contemporânea cujos graus de complexidade variam segundo a qualidade e quantidade das ações e objetos presentes, sendo mediados por uma racionalidade extremamente tecnicista. Max Sorre (1967:52), ao discutir o fenômeno técnico da sociedade do pós-guerra, dizia que “a medida que se racionalizam as atividades, que as técnicas se afirmam, se incorpora a matéria uma quantidade crescente de inteligência”.

Do ponto de vista da região, delinea-se a formação e expansão do “meio técnico-científico-informacional” (Santos, M. 1994b), justamente atra-

vés deste acréscimo de inteligência ao espaço. Este novo meio geográfico envolve frações do território das formações socioespaciais que conformam o mercado comum. Tratam-se de parcelas do território que se modernizam rapidamente acolhendo a nova divisão social do trabalho. O processo de globalização tende, pois, a acentuar o desenvolvimento geograficamente desigual no território envolvido pelo denominado Mercado Comum.

A crescente incorporação técnica ao território alcança, sem dúvida, todo o planeta, porém não igualmente. Segundo os continentes, há áreas mais ou menos extensas desprovidas dos novos equipamentos. O que vivenciamos, como consequência desse processo de fragmentação, é um fenômeno de segregação socioespacial que exclui, dialeticamente, de tal modernidade, frações do território, limitando seus respectivos circuitos espaciais de produção e testemunhando um cotidiano que trabalha em tempos não hegemônicos. Nos continentes menos desenvolvidos há uma estreita relação entre a modernização tecnológica do território e os projetos de grandes empresas.

2 – AS BASES DO NOVO RECORTE TERRITORIAL NO MERCOSUL

2.1 Expansão do mercado às grandes empresas

Ao buscarmos uma classificação para as empresas que estão atuando no Mercosul, verificamos que o mercado comum atende sobretudo as grandes empresas, ou seja, aquelas que possuem força transnacional e que privilegiam uma forma de “acontecer hierárquico”³, (Milton Santos, 1994c:17). São empresas que atuam em escala planetária por meio

(3) Segundo Milton Santos (1994c: 05), o acontecer hierárquico é resultado “das ordens e da informação provenientes de um lugar e realizando-se como trabalho em um outro”.

de fluxos de informação e que tentam alcançar maior competitividade em mercados abertos. As empresas transnacionais ao aprofundarem suas relações no Mercosul buscam inserir a região nos círculos de cooperação vertical que funcionam em rede por todo o planeta. Criam, como previa Stephen Hymer (1983:64), "interdependências universais", mas, como o próprio autor salienta, tratam-se de instituições privadas "cujas perspectivas são parciais e representam apenas uma solução imperfeita para o problema da cooperação internacional. Criam hierarquia e desigualdade e distribuem os benefícios de forma desigual".

A parte os grandes grupos multinacionais, presentes no Cone Sul desde o pós-guerra e que agora também utilizam das vantagens oferecidas por um mercado comum, está ocorrendo um amplo movimento de fusões e aquisições, indicando-nos um novo momento de entrada de empresas transnacionais. Há forte concentração em setores da indústria que estavam até pouco tempo estatizados. Somente em 1995 ocorreram 250 fusões no Brasil nas áreas de informática (acabou a reserva de mercado), telecomunicações, finanças, autopeças, etc. Desse total de fusões, 62% ocorreram entre firmas nacionais e multinacionais. Na Argentina, as fusões ocorrem em setores com alta produtividade, como o de alimentos, ou em setores que garantam condições de monopólio, como o de telecomunicações e petrolífero. O caso da telefonia argentina é extremo: após a privatização o mercado foi dividido entre a France Telecom e a Telefônica Espanhola⁴.

Ainda outro fator importante que leva à formação de um mercado comum, é oferecer oportunidades de expansão dos mercados também para os grandes grupos empresariais dos países que compõem o Mercosul. Criam-se as oportunidades para que estes grupos se transnacionalizem. É nesse sentido, visando atrair novos investimentos em geral e, oferecendo condições de competitividade⁵ às suas empresas, que parecem tender os Estados do Cone Sul na consolidação do mercado comum.

Entretanto as assimetrias entre os países que formam o Mercosul privilegiam sobretudo os grandes grupos brasileiros, reafirmando a idéia de Hymer(1983) sobre a lógica desigual de cooperação internacional das empresas.

Assim é que as estatísticas mostram o Brasil como o grande favorecido do Mercosul, em função, principalmente, do porte e da diversidade de seu parque industrial. Dos produtos brasileiros exportados para a América Latina, 80% são manufaturados. Para R. Bielschowsky e G. Stumpo (1995:184), o problema brasileiro, hoje, centra-se em encontrar estratégias para abrir um novo ciclo de investimento, pois as grandes empresas brasileiras, também pelo grau de racionalidade alcançado, têm possibilidades de se transnacionalizarem.

As exportações brasileiras para os países do MERCOSUL saltaram de 2,3 bilhões de dólares em 1991, para 5,4 bilhões em 1993. Nos últimos 4 anos, 320 empresas brasileiras entraram no mercado argentino, com investimentos da ordem de 1,5 bilhão de dólares, contra apenas 12 empresas argentinas no Brasil.(V.V. Dias e Folha de São Paulo, 26/01/95). Dentre os grupos brasileiros que instalaram unidades produtivas na Argentina destacam-se: Villares, Eucatex, Brasilit, Brastemp, Cofap, Hering, Sadia, entre outros, (Dias, V.V. 1994).

Os bancos brasileiros, em função do maior estoque de capitais e do grau tecnológico alcançado, também detêm vantagens na concorrência com

(4) Essas informações foram obtidas no jornal *Folha de São Paulo* em uma reportagem especial sobre as fusões entre empresas no Mercosul. (FSP, 10/12/95).

(5) Segundo Gilberto Dupas, economista e consultor, a contribuição que os países emergentes podem dar nessa atual fase da economia mundial é garantir as condições de competitividade sistêmica - carga tributária, custos de serviços públicos, qualificação de mão-de-obra...- Segundo Dupas, a competitividade sistêmica, conhecida por custo-país, "acaba sendo uma condição fundamental tanto para a prosperidade da empresa, quanto para a decisão das transnacionais de investir pesadamente no país". (*Gazeta Mercantil*, 08/12/1995).

os bancos uruguaios, argentinos e paraguaios, passando a dividir o mercado da região com os grandes bancos internacionais, como Banco de Boston, Citybank, etc. Entre os bancos privados brasileiros na região estão o Banco Real, Banco Safra, Banco Rural⁶, Itaú, Bradesco. Somente o Banco Itaú inaugurou, em 1995, 05 agências na cidade de Buenos Aires, visando explorar o mercado de varejo, ou seja, captar a poupança local. O Itaú tem projeto de instalar na Argentina os novos sistemas técnicos que cobrem, em tempo real, todo o território, como o sistema de caixas eletrônicas e o atendimento personalizado por telefone durante 24 horas.

Diferentemente do período anterior à formação do Mercosul, agora os bancos privados, com as novas regras do sistema financeiro argentino, brasileiro e uruguaio, atuam não somente com atividades de importação/exportação, mas podem sustentar operações de abertura de empresas subsidiárias, de joint-ventures, fusões e aquisições, bem como atuar com operações de varejo⁷.

Ao que parece, as novas regras do sistema financeiro, principalmente as do Brasil e da Argentina, atendem a um só tempo os ajustes internos das respectivas economias após uma década de convivência com crises inflacionárias e às necessidades de expansão e transnacionalização dos grupos financeiros, que agem sistemicamente com os setores industriais e de serviços. As novas tecnologias na área de informatização bancária possibilitam a unificação de um sistema de crédito que atua simultaneamente em todos os lugares em que esses objetos informacionais são implantados. A fluidez é um dado fundamental para apoiar a aceleração do fluxo de bens e pessoas que circulam na região, bem como para garantir que as transações entre empresas ocorra em rede e no menor tempo possível.

Trata-se de um sub-sistema de ações hegemônicas que busca na eliminação das barreiras para os fluxos de bens, serviços, idéias, capital, etc, sua estratégia de maior lucratividade. Tratando-se de um período da história marcado por sistemas téc-

nicos unificados, a aceleração das negociações é um marco positivo para a obtenção do maior lucro.

E tal situação é possível porque a presença de objetos e ações, tecnificados e informados, permitem que os interesses de reorganização do território estejam na pauta das negociações das grandes firmas, ou seja, crescentemente alheios ao cotidiano dos homens que constroem a realidade local. O modo como o território se organiza faz de alguns lugares mais aptos que outros, para o exercício de determinadas atividades. É o que Milton Santos chama de "produtividade espacial" (1994: 50).

O uso do território produtivo faz parte portanto das ações estratégicas das grandes corporações. Michael Porter (1996), consultor norte-americano e especialista em estratégias competitivas, afirma que a localização é hoje um fator importante na concorrência global das empresas e, que as áreas relevantes podem tanto ser menores que uma província quanto transcenderem fronteiras estaduais e nacionais. Entre os elementos importantes para a localização encontram-se, na concepção de Porter, pessoal qualificado, tecnologia aplicada, infra-estrutura personalizada, fontes experientes de capital, núcleo de consumidores exigentes, presença de concorrentes locais, entre outros⁸. Segundo André Fischer (1994) o espaço local deve oferecer uma "densidade qualitativa" que possa ligar diversos atores locais e regionais, com as ações verticais das empresas.

(6) Foi inaugurado em Montevidéu uma subsidiária do Banco Rural, a IFE Banco Rural Uruguay SA, de capital brasileiro, que atenderá exclusivamente o mercado financeiro global, com o objetivo de captar recursos para aplicar em projetos no Brasil. (*Rev. de Negócios do Mercosul*, IV, n 40, set de 1995). Diversos estudos sobre o Uruguai indicam que este país está se tornando uma espécie de paraíso fiscal da América Latina.

(7) Ver *Rev. de Negócios do Mercosul*, IV, n 40, set/1995.

(8) Michael Porter apresentou tais idéias em artigo escrito para Folha Management n 23, encarte especial do jornal *Folha de São Paulo* de 15/01/96. Presta serviço de consultoria a empresas transnacionais como AT&T, IBM, Du Pont, entre outras.

A intencionalidade na escolha da localização dos objetos surge como “estratégia competitiva”. Para uma grande empresa instalar a unidade de produção, o centro decisório, o laboratório de pesquisa, ela demanda previamente uma análise de sinergia do lugar. Como veremos, as metrópoles também passam a integrar-se nesse contexto, mas produzindo as informações que irão regular o funcionamento organizacional do novo sistema socioespacial.

2.2 Novas infra-estruturas: o território deve ser fluido

O grau de racionalidade que hoje norteia todo o sistema produtivo global exige a instalação de um conjunto de infra-estruturas ou objetos técnicos, que garanta a fluidez necessária às operações que ocorrem em tempos crescentemente acelerados e simultâneos. Mais do que isso, esses objetos técnicos devem funcionar em sistema, no intuito de garantir a sua unicidade, um dos requisitos fundamentais da globalização (Milton Santos, 1994b).

A transmissão instantânea de ordens, mensagens, bens, depende de um conjunto integrado de inovações técnicas que, no caso do Mercosul, vem sendo implantados com grande velocidade. É preciso, pois, que haja a “interdependência do fenômeno técnico” (Max Sorre, 1967), tanto no plano de um sistema de ações, quanto no plano de um sistema de objetos para que a região geográfica possa ser funcional a totalidade.

As grandes empresas que já se encontram ou pretendem instalar-se na região beneficiam-se utilizando esses novos objetos técnicos em seus respectivos circuitos espaciais da produção hegemônicos. Bem como também se beneficiam produzindo os modernos objetos nos setores em que o Estado deixou à empresa privada. Tais infra-estruturas, por seu conteúdo tecnológico, somente podem ser produzidos pelas grandes firmas que têm poder de mercado, normalmente em setores extremamente

oligopolizados e com forte tendência à concentração de capital.

De acordo com as estratégias das empresas e em conjunto com os governos, os novos investimentos em infra-estrutura se distribuem pela região, refuncionalizando a organização espacial pretérita de frações do território das diversas formações socioespaciais envolvidas. Ao que parece, as ações dirigem-se no intuito de reafirmar o conteúdo técnico do território, transformando-o agora em conteúdo científico-técnico-informacional, aprofundando e expandindo, seletivamente, os espaços da globalização.

É necessário que o sistema de telecomunicações, de transporte, de geração de energia, de ensino qualificado, financeiro, seja totalmente racionalizado para poder atuar de forma conjunta e atender a demanda por fluidez. Pontualmente, no Brasil e na Argentina (Silveira, ML 1994), os projetos de modernização vão sendo implantados.

No caso brasileiro as modernizações abrangem a denominada região concentrada (Milton Santos e Ana Clara T. Ribeiro, 1993), que envolve principalmente os estados do sul, do sudeste e parcelas do centro-oeste (área produtora de soja). Os novos objetos técnicos implantados visam integrar, de modo ainda mais sistêmico, as ações hegemônicas, na medida em que a cada dia as empresas transnacionais anunciam a chegada de novas unidades produtivas. Alguns exemplos são significativos.

No intuito de acelerar o escoamento da produção agroindustrial brasileira, dinamizada com o Mercosul, inaugurou-se no estado de Minas Gerais, na cidade de Uberlândia, a terceira estação aduaneira do interior, os denominados portos secos. A estação, informatizada, liga-se via satélite aos portos do sudeste e do sul do país. Atenderá as necessidades do Corredor Centro-Leste (o governo de Minas Gerais, em associação com capital privado está restaurando todo o sistema rodoviário do estado) e, por conseguinte, também atenderá ao Mercosul. Por contar com postos da Receita Federal, ser informatizada, e ter locais apropriados de armazenamento, consegue liberar os produtos no prazo

de 24 horas, em detrimento dos 08 dias dos demais portos e aeroportos do país (Gazeta Mercantil, 22/11/95).

Os governos do Paraná e do Rio Grande do Sul, na expectativa do crescimento econômico que o Mercosul poderá trazer, modernizam seus setores estratégicos. Vale lembrar que a região sul é aquela onde o valor de transformação industrial mais tem crescido em relação ao país. Assim o programa de privatização dos portos está em andamento, sendo que o porto de Antonina, no Paraná, desponta como modelo dessa nova racionalidade⁹. A modernização dos portos do Paraná faz parte de amplo conjunto que inclui também o Projeto Ferroeste do Paraná, em andamento. A estrada de ferro (de capital misto), ligará, no oeste do estado, a fronteira do Mato-Grosso do Sul e do Paraguai ao litoral. Em Cascavel está sendo construído um sofisticado terminal de cargas acoplado a ferrovia para armazenamento de grãos, que será explorado pela iniciativa privada. Por essa ferrovia será escoado, somente de início, a safra agrícola do oeste do estado, que corresponde a 05 milhões de toneladas de grãos, o que significa 35% da produção brasileira (Gazeta Mercantil, 29/11/95).

Associado à reestruturação de todo o setor de telecomunicações, conformam-se sistemas técnicos que tornam o território extremamente produtivo, oferecendo as oportunidades técnicas e políticas para a nova divisão territorial do trabalho. Em Curitiba desenha-se um parque de software capacitado, em conjunto com as universidades, para assessorar as empresas de informática. Ainda, a Embratel desenvolve o projeto de interligar as capitais brasileiras através de uma rede de fibras óticas. De Porto Alegre a rede conecta-se, de um lado com a UNISUR (rede do Mercosul) e, de outro lado com o Ceará, de onde liga-se com a América do Norte e com a Europa.

Na Argentina, segundo estudos de Maria Laura Silveira (1994:08), apesar das particularidades da respectiva formação socioespacial que designam muitas diferenças com relação ao Brasil, a moderni-

zação também visa atender a economia global. Assim são implantados ou refuncionalizados uma rede de objetos, como barragens, ferrovias, aeroportos, centrais nucleares, estradas, etc, visando atender, segundo a autora, "as exigências dos tempos rápidos do período".

Assim é que, pautados nas inovações tecnológicas e nos rumos políticos que tomam os países do Mercosul, torna-se possível implantar grandes sistemas de engenharia unificados que garantam, sobretudo, a aceleração dos circuitos produtivos hegemônicos.

2.3 A solidariedade institucional garante a solidariedade organizacional

O Estado atua nesse contexto tecendo as mediações que conduzem a integração do Mercosul sob a mesma lógica que produz a globalização. Na realidade ao possibilitar a existência de um espaço da globalização é que são dadas as condições de concretização da economia global. É o território que irá permitir a existência concreta da globalização.

O Estado privilegia, nesse sentido, uma integração em "via de mão única", através de normatizações que atendem a cooperação exclusivamente hegemônica. Acelera os laços da solidariedade organizacional, por meio de ações que visam a denominada desregulamentação da economia. Privilegia os dados puramente econômicos e sob o imperativo da competitividade.

Para Maria Laura Silveira (1994:04), a desregulação pode ser entendida como regulação, isto

(9) Arrendado por capital holandês, o porto de Antonina estava desativado há 15 anos. A tecnologia implantada permite que o porto possa fazer operações à distância, pois não é possível grandes navios atracarem no cais. Mesmo trabalhando à distância as novas tecnologias permitem um movimento de grãos de 10 mil toneladas a cada 09 horas, enquanto o porto de Paranaguá movimenta 2 mil toneladas por dia. (Gazeta Mercantil, dez. de 1995).

é, a partir das normatizações que orientam a globalização da economia. Para a autora, “a desregulação surgiria como produto da contradição entre a necessidade de fluidez e a necessidade de norma. Todavia é uma contradição aparente porque a desregulação é uma forma moderna de organização, de uma regulação na procura de fluidez e da globalização”.

A privatização do setor previdenciário é um marco desse modelo de desregulamentação. Vem sendo realizada por todos os governos do Mercosul como uma forma de garantir a expansão dos mercados aos setores de serviços e financeiros, cuja expressão maior são os fundos de pensão. O Chile, novo parceiro do Mercosul, exporta tal modelo de privatização onde a explosão dos mercados de fundo de pensão e de seguradoras é consequência direta da desregulamentação. Os fundos de pensão no Chile representam 41,5% do PIB (Produto Interno Bruto), e investem sobretudo no setor imobiliário e nas empresas em via de privatização. O mesmo ocorre na Argentina, e o Brasil é agora o grande mercado para expansão desse setor.

Outro exemplo da chamada desregulamentação seriam as alterações na legislação trabalhista. Na medida em que a solidariedade institucional acompanha a lógica da solidariedade organizacional, abandona ao mercado setores da sociedade já de a muito marcados pela espoliação. Os crescentes índices de desemprego nos demonstra esse abandono. Na Argentina quase 20% da PEA (População Economicamente Ativa), segundo dados oficiais, estão desempregados. Os governos, por necessitarem de novos investimentos locais, tendem a compactuar com a reestruturação trabalhista imposta pelas firmas globais. As possibilidades de uma verdadeira coesão da sociedade construída localmente ficam assim mais reduzidas. Parcelas importantes da sociedade se marginalizam ainda mais. A integração do Mercosul ocorre portanto, na medida em que as formações socioespaciais vão sendo preparadas internamente para garantir a produtividade e a fluidez do território às corporações.

O grande problema para a região, enquanto conjunto das formações socioespaciais que a conformam, é que as relações horizontais privilegiam, mais uma vez, a integração econômica, isto é, sob a ordem maior da solidariedade organizacional que, hoje, manifesta-se através da racionalidade do mercado global.

2.4 Metrôpoles Informacionais: São Paulo e Buenos Aires.

Algumas metrôpoles são hoje sub-espacos da globalização altamente hierarquizados, pois detêm a função de regulação do sistema econômico. Essas metrôpoles fazem parte da atual divisão do trabalho, concentrando a produção quaternária da economia, isto é, os novos e sofisticados serviços de gestão e organização¹⁰.

Para Arie Shachar (1983:75), o sistema metropolitano contemporâneo se definiria em razão da conexão de “poderosos sistemas de comunicação, exercendo o controle da expansão do mercado”. São Paulo e Buenos Aires vêm reestruturando-se nos últimos anos, justamente dentro desse novo contexto urbano. As atividades hegemônicas de regulação aí sediadas forçam estas metrôpoles a seguirem o caminho das denominadas Cidades Globais, na medida em que o sistema de ações políticas e a crescente racionalização técnica do território o permitem.

Tais regiões metropolitanas configuram o que Pierre Veltz (1994) chama de “território rede” ou “metrópole rede”, pois são lugares “muito mais complexos, ricos em potencialidades, mas também cada vez mais defasados em relação ao território da política”, da cidadania. Tais considerações são importantes porque nestas metrôpoles o processo

(10) Segundo Mario Tomelin (1988; 17), “a expressão maior do setor quaternário é a organização”, aquela “que é capaz de fazer produzir ou de criar o que ainda não existe”.

de fragmentação é imposto pelos vetores hegemônicos com muita força, o que resulta em produzir espaços crescentemente artificiais, inteligentes, rígidos e simbólicos do ponto de vista da organização do cotidiano¹¹. Seriam os espaços da globalização complexos, onde se encontra toda a gama de especializações do trabalho deste período, bem como toda a sorte de objetos técnicos distribuídos seletivamente pelo território metropolitano, para viabilizar tanto a produção quanto a distribuição das informações.

O contexto atual de formação do Mercosul também exige, diante da globalização, que sejam produzidas, classificadas e redistribuídas seletivamente uma enorme quantidade de informações estratégicas sobre modos de organização, fluxos de dinheiro e ordens, entre outras.

A informação tende a ser o novo nexos estruturador dos territórios e, o tempo dos demais lugares passa a ser, sob diversas formas, o tempo organizacional e hegemônico de um grupo seletivo de metrópoles. A nova organização espacial no Mercosul não escapa a essa lógica. Nesse sentido, torna-se importante compreender os atuais papéis metropolitanos e sua relação com a formação do Mercado Comum.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sonho de integração latino-americana, avançado pelos libertadores, concretiza-se hoje, mas ainda de forma enviesada, sob a égide da competitividade e da eficiência e não da cultura e da política.

O problema centra-se, ao que parece, na extrema valorização da tecnociência que permeia tanto os discursos, quanto as práticas do processo de integração. Basta considerarmos, por oposição, os investimentos em educação na América Latina para vermos o quanto são tímidos e insuficientes.

Brasil e Argentina investem, respectivamente, 3,7% e 3,9% de seu PIB (Produto Interno Bruto) em

educação. O Brasil, destaque maior nas transações comerciais, possui, ainda hoje, um elevado índice de analfabetos – 19% da população adulta – enquanto esse percentual cai para 10% da população adulta do Paraguai, 5% da Argentina e 4% do Uruguai. Sob esse ângulo de análise, o país em destaque no Mercosul deixa de ser o Brasil e o galardão transfere-se para o Uruguai. Mesmo considerando as especificidades históricas dos países em questão, parece-nos pertinente valorizar a experiência do Uruguai, colocando-a em discussão no processo de integração.

Tais informações, mesmo que parciais, podem nos indicar as dificuldades e os desafios a serem enfrentados pelos governos latino-americanos, caso haja uma vontade política de mais agressivamente incluir nas negociações as dimensões educativas-culturais que possibilitariam as bases para um verdadeiro intercâmbio e coesão, uma verdadeira solidariedade.

Não é suficiente que a educação e a capacitação científica e tecnológica girem unicamente em torno da necessidade de formação de uma elite capacitada intelectualmente para garantir a produção e o gerenciamento da integração econômica. Até o momento esta tem sido a principal função exigida das universidades brasileiras, argentinas, uruguaias e paraguaias, ou seja, formar uma elite responsável pela crescente produção da racionalização da sociedade. Segundo Immanuel Wallerstein (1985: 71,72), este processo de racionalização, central ao capitalismo, “requer a formação de um estrato intermediário, o dos especialistas dessa racionaliza-

(11) Em uma sociedade respaldada no consumo como seu valor maior, fica muito fácil forjarem-se toda a sorte de símbolos que designam a nova modernidade. Os shopping centers, os edifícios inteligentes, os novos condomínios, os grandes aeroportos, os parques com lazer sofisticados, entre outros, são grandes objetos técnicos em sistema que, de um lado, garantem a realização do sistema de ações hegemônicas e, de outro lado, são formas simbólicas importantes na elaboração e mediação de uma “determinada imagem da cidade”. (Ver Ana Clara T. Ribeiro, 1988).

ção, tais como administradores, técnicos, cientistas, educadores...”, que legitimam “a eliminação de barreiras para a expansão da eficiência produtiva”.

Mas, as possibilidades e oportunidades encontram-se materializadas na região, apontando, latentes, para o futuro, à espera de ações que intentem uma nova visão de mundo. Caso contrário, estaremos fadados a conviver com a ignorância, imaginando-nos sábios. Uma ignorância renovada, pois manifestada duplamente e com níveis de ação muito mais profundos. De um lado a ignorância como resultado da espoliação, que conhecemos desde o início da colonização e, de outro, pelo fato de que hoje nos deparamos com a produção da ig-

norância vinda do mundo dos objetos à serviço do consumo, seguindo o curso contrário da construção da cidadania.

Como nos chama a atenção Jean Baudrillard (1993:14), viveríamos, hoje, “a epopéia do objeto técnico”, onde o meio cotidiano tende a permanecer um “sistema abstrato” pois, diante do atual plano tecnológico de ordem global de produção e consumo, somos praticamente inconscientes.

Caberia, pois, analisar e entender o significado do que vivemos diante da totalidade que é o mundo. E, em seguida, esboçar firmemente o que esperamos e o que queremos para a América Latina.

BIBLIOGRAFIA

- ARROYO, Monica. Mercosul: novo território ou ampliação das velhas tendências. In: Santos, M. et alii (orgs). *O Novo Mapa do Mundo. Globalização e Espaço Latino Americano*. São Paulo, Ed HUCITEC/ANPUR, 1993 (p. 122-131)
- BATISTA, Paulo Nogueira. *O Mercosul e a Zona de Livre Comércio da América do Sul: Os Interesses do Brasil*. Conferência pronunciada no Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, 25 de Abril, 1994.
- BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1993 (Éditions Gallimard, France, 1968).
- BERNARDES, Adriana. *Metrópole Global: marketing ou realidade? Comunicação apresentada por ocasião do I Encontro Nacional da ANPEGE, Território Brasileiro e Globalização*, UFSE, SET/1995, Aracaju, Sergipe (10 p.)
- BIELSCOWSKY, R. e STUMPO, G.. A internacionalização da indústria brasileira. Números e reflexões depois de alguns anos de abertura. In: Baumann, R (org.), *O Brasil e a Economia Global*, Rio Janeiro, Ed. Campus/Sobeet, 1995 (p. 167-193).
- CASTILLO, Ricardo, et alii. *A solidariedade Institucional (Política) como Noção Geográfica*. São Paulo, 1995, inédito, 15 p.
- COUTINHO, Luciano. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: Baumann, R (org.), *O Brasil e a Economia Global*, Rio Janeiro, Ed. Campus/Sobeet, 1995 (p. 167-193).
- CHUDONOVSKY, Daniel. El Futuro de la Integración Hemisférica: el Mercosur y la iniciativa para las Américas. In: *Desarrollo Económico*, vol. 32, nº 128 (enero-marzo), 1993.
- DIAS, Viviane V. *Algumas Reflexões sobre a Internacionalização das Empresas Brasileiras*, CEPAL, Escritório no Brasil, Brasília 1994 (mimeo, 26p.).
- ELLUL, Jacques. *A Técnica e o Desafio do Século*. Rio Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1968.
- FERRÃO, João. Terciarização e Território: emergência de novas configurações espaciais? In: *Análise Social*, V. 26 (114), Lisboa, 1991.
- FISCHER, André. *Industrie et Espace Géographique*, Masson, Paris. 1994.
- FONSECA Jr., Gelson e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. *Temas de Política Externa Brasileira II*, Vol. 1, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1994.
- FRIEDMANN, J e WOLFF, G.. “Word City Formation: an agenda for research and action” In: *International Journal of Urban and Regional Research*, V. 6(03), 1982.
- HIERNAUX, Daniel. “Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização?”. In: Santos, M. et alii (orgs), *Território. Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Ed. HUCITEC/ANPUR, 1994, (p. 85-101).

- HYMER, Stephen. *Empresas Multinacionais: a internacionalização do capital*, Rio Janeiro, Ed. Graal, 1983.
- MAMIGONIAN, Armen. Tecnologia e Desenvolvimento Desigual no Centro do Sistema Capitalista In: *Rev. de Ciências Humanas*, nº 2, Ed. UFSC, 1982.
- REVEL-MOUROZ, Jean. Ameriques Latines: quelles intégrations? In: *Cahiers des Ameriques Latines*, n 12, 1992
- RIBEIRO, Ana Clara T. *Rio-Metrópole. A Produção Social da Imagem Urbana*, Tese de Doutorado, São Paulo, USP/FFLCH, 1988
- SANTOS, Milton. *Regiões: horizontalidades e verticalidades*, nov/1994(a), inédito, 6p.
- _____. *A Urbanização Brasileira*, São Paulo, Ed. HUCITEC, 1993.
- _____. *Técnica Espaço Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1994 (b).
- _____. O Lugar Encontrando o Futuro, Conferência pronunciada na abertura do Encontro Internacional *Lugar; Formação Socioespacial, Mundo*, ANPEGE, Dep. de Geografia/USP, set de 1994c (10 p.).
- _____. A América Latina entre dois séculos: modelos técnicos e modelos educativos In: *Seminário Desafios da Educação no Século XXI: integração regional, ciência e tecnologia*, São Paulo, ABMES/IBQE, 1995.
- SASSANO, S.F. Segmentación social y segregación urbana. El caso de la Costanera norte de la ciudad de Buenos Aires. In: *Geographikós*, año 5, nº 6, 1995, UBA, Buenos Aires, (p. 47-54)
- SHACHAR, Arie. A Cidade Mundial e sua Articulação ao Sistema Econômico Global In: Becker, B. et alii (orgs), *Abordagens Políticas da Espacialidade*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.
- SCHAFFER, Neiva O. A urbanização na fronteira meridional In: Santos, M. et alii (orgs), *Território. Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Ed. HUCITEC/ANPUR, 1994 (p. 140-159).
- SILVEIRA, Maria Laura. Endurecimento dos Sistemas Técnicos, Flexibilização dos Sistemas Organizacionais: uma nova dialética do meio técnico-científico? (Um exemplo da modernização territorial argentina) Trabalho Apresentado por ocasião do Encontro Internacional *Lugar; Formação Socioespacial, Mundo*, ANPEGE, Dep. de Geografia/USP 1994 (20 p.).
- SORRE, Max. *El Hombre en la Tierra*, Barcelona, Espanha, Editorial Labor, 1967.
- SOUZA, Maria Adélia. "Geografias da Desigualdade. Globalização e Fragmentação" In: Santos, M. et alii (orgs), *Território. Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Ed. HUCITEC/ANPUR, 1994
- TOMELIN, Mario. *O Quaternário. Seu espaço e poder*. Brasília, Editora UNB, 1988.
- VELTZ, Pierre. "Hierarquias e Redes na Organização da Produção do Território" In: Benko, G. e Lipetz, A. (org) *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes. Os novos paradigmas da geografia econômica*. Celta, Oeiras, Portugal, 1994 (p. 189-200).
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O Capitalismo Histórico*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

ABSTRACT

This effort has the purpose to discuss the current process of regional integration in Latin America, before the transformation of contemporary economy. Specifically, we analyze the Mercosul case, as it is the regional bloc which has foremost degree of integration in South America.

The current spatial organization of the countries which form the Mercosul bloc indicates that this region is becoming extremely functional to globalization, essentially through the increasing rationalization of portions of the territory, which are modernized as those shelter the new social division of labor. Consequently, the internal differences stand out, amplifying the phenomenon of social-spatial segregation.

There are some central elements that deserve to be analyzed in order to apprehend the conformation of the new territorial cuttings in Mercosul. The large enterprises, the informational infrastructures, the new forms of political solidarity and the role of the metropolis as production centers of information, are among those. These are, nowadays, basic elements to the constitution of globalization spaces in Latin America.

Therefore, a strong tendency towards an exclusively economic integration exist, giving privilege to the hegemonical actions of this period. The integration, far from taking heed of the interests of the Latin-America people, occur under the support of competitiveness and of technoscience, according to the demands of the market.